

Catarina Madeira Santos, «Goa É a Chave de Toda a Índia». **Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570)**, Lisboa, CNCDP, 1999, 373 páginas.

1. Não deixa de ser curioso o facto de o livro de Catarina Madeira Santos, «Goa É a Chave de Toda a Índia» — o qual reproduz, no essencial, a dissertação de mestrado apresentada pela autora à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1996 —, ter sido publicado em 1999, o mesmo ano em que a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses disponibilizou *Goa em 1956 — Relatório ao Governo*, da autoria de Orlando Ribeiro, resultante da missão realizada naquele território nesse mesmo ano, ou seja, cinco anos antes do fim da presença portuguesa na Índia.

Enquanto este trabalho de Orlando Ribeiro constitui uma espécie de *requiem* (embora o geógrafo somente o pressentisse) por uma experiência política, social, cultural, em «Goa É a Chave de Toda a Índia» desenvolve-se uma arqueologia das suas origens políticas, jurídicas e institucionais. Ou seja, embora tenham sido originados por motivações e questões muito distintas e em contextos políticos e intelectuais particularmente diversos, ambos os estudos configuram-se, desse modo, como duas peças essenciais — embora perfeitamente autónomas — para entender a história de Goa e da experiência portuguesa num dos seus territórios com maior valor simbólico.

2. Entre as muitíssimas virtudes de «Goa É a Chave de Toda a Índia», uma das que mais impressionam é a reflexão que lhe dá origem: a historicização de um axioma historiográfico completamente *naturalizado* e assumido, reproduzido e inquestionado pela historiografia que, directa ou indirectamente, lida com a capitalidade de Goa no contexto do Estado da Índia. Na realidade, aquela que (depois deste livro) se tornou uma questão óbvia — a de saber como é que Goa se transformou em capital do Estado da Índia, qual era o sentido efectivo desta capitalização na arquitectura administrativa do mesmo e no contexto do império português de Quinhentos, identificando as suas variações e as suas cronologias — manteve-se durante anos quase invisível e silenciosa para a generalidade dos autores que se dedicaram a estudar o Estado da Índia. É justo dizer que, para grande parte dessa reflexão historiográfica, Goa era e foi sempre a capital do Estado da Índia, sem que tal pré-compreensão tivesse suscitado dúvidas teóricas ou metodológicas.

Já o posicionamento crítico que subjaz ao livro de Catarina Madeira Santos encerra, de imediato, duas consequências positivas.

A primeira, mais geral, realça a necessidade de aplicar o mesmo exercício crítico aos restantes espaços da expansão portuguesa, sobre os quais se continua a escrever muito e, de facto, a saber muito pouco — pelo menos no que diz respeito aos quadros jurídicos e institucionais que os conformaram.

A segunda refere-se, naturalmente, aos conteúdos, à nova e diferente in-

formação que este livro disponibiliza e a tudo aquilo que, a partir do patamar agora definido em relação a Goa e à sua relação com o Estado da Índia, se torna possível e *se deve* inevitavelmente fazer.

Desta forma, a publicação deste livro possibilita e suscita um conjunto de novas reflexões, filiando-se nas tendências intelectuais e académicas mais recentes que têm pugnado por uma problematização de uma série de tópicos inquestionáveis da historiografia — e do senso comum — sobre a expansão portuguesa.

3. Centremo-nos, porém, na questão inicial, que é aquela que, de algum modo, organiza a primeira parte deste estudo. Particularmente sensível às articulações entre cultura e política e entre política e direito na época moderna —, a autora procura reconstituir, combinando as *representações* emergentes em textos cuja aplicabilidade política constituía a sua própria natureza textual (pareceres jurídico-políticos, regimentos, alvarás, provisões, etc.), a linguagem do poder e da capitalidade que operava no Portugal da primeira metade de Quinhentos.

Já aqui Catarina Madeira Santos revela uma notável sensibilidade em relação aos conceitos operativos que emprega. Sublinhamos, desde logo, o seu conhecimento aprofundado do sistema político português no século XVI, expresso na advertência que faz logo no primeiro capítulo: «Empregaremos o conceito de ‘Estado moderno’ para os séculos XVI-XVII como sinónimo de monarquia corporativa, caracterizada

pelo pluralismo jurídico, de que o rei e a administração central constituem apenas um dos pólos, mas cuja composição é, sem dúvida, substancialmente diferente da medieval» (p. 31).

Para além de evitar os clássicos anacronismos conceptuais infelizmente ainda presentes em muitos dos estudos sobre épocas que, do ponto de vista político, nos eram estruturalmente diferentes — para além da importância do enunciado teórico dessa mesma *diferença* —, tal ponto de partida comporta resultados práticos da maior importância.

De facto, só compreendendo o modo de funcionamento do sistema político no reino, só acedendo à cultura política que o sedimentava, é que se torna possível problematizar o transplante — ou a recriação? — desse mesmo sistema e a consequente formulação de novas formas políticas em territórios outros. Sabe-se, por um lado, que a multiplicação das fragilidades da coroa e da administração central, no contexto da monarquia corporativa, com a autonomia dos outros corpos políticos (nobreza, Igreja, senado da Câmara, etc.), constituiu, com demasiada frequência, um obstáculo à realização das intenções do monarca (e dos seus projectos e dos projectos dos seus apoiantes directos). Por outro lado, porém, a própria urgência em formular construções jurídicas que legitimassem e sustentassem *ab initio* a presença política e administrativa da coroa portuguesa noutros territórios — umas vezes em colaboração com as formas políticas preexistentes, outras vezes anulando-

as ou transformando-as — e a correspondente materialização institucional permitiriam, a médio prazo, a consolidação da própria posição da coroa face aos restantes corpos da monarquia, contribuindo, dessa forma, para um processo imparável de centralização do poder.

É nesse sentido que «Pressupostos da capitalidade» se configura como um capítulo indispensável. Aí Catarina Madeira Santos procura compreender, em primeiro lugar, os significados políticos mais profundos que subjaziam às tentativas de fixação de Lisboa como centro político e a sua articulação com as transformações políticas mais gerais que operavam na monarquia portuguesa e nas monarquias europeias de então. Realça, depois, as características que identificavam, no reino de Portugal, essa concepção de centro político tanto de um ponto de vista estritamente jurídico-político quanto numa perspectiva mais territorial. É a partir desta análise de uma situação que se vivia no reino (embora ela mesma fosse ainda muito instável, como se denota, aliás, na preferência que D. João III manifestou por Évora, em desfavor de Lisboa, e D. Sebastião pela itinerância em desfavor da fixação) que a autora se propõe pensar, em seguida, o «feito de Goa» e a configuração de um outro espaço político, desta vez longínquo e marcado pela descontinuidade e pela fragmentação.

Complementando o trabalho de *historicização* desenvolvido nos capítulos iniciais, avança-se, na segunda parte deste estudo, com dados

incontornáveis para futuras investigações sobre o império português asiático, não só pelas descrições realizadas, como pela leitura relacional das experiências políticas ultramarinas, ao mesmo tempo interdependentes e autónomas do que sucedia no reino de Portugal e mesmo nos restantes reinos europeus. Embora — importa não esquecer — o capítulo «O «feito de Goa» (1510-1530)», ainda no âmbito da primeira parte, já tivesse oferecido uma pintura excelente sobre os mecanismos de decisão política, os debates e os interesses grupais que emergiram e condicionaram a decisão da capitalidade em favor de Goa e em desfavor de Cochim, *localizando*, dessa forma e uma vez mais, o «feito de Goa».

No nosso entender, esta segunda parte — «A capital do Estado da Índia» — tem dois momentos fortes e dois momentos cujo tratamento é menos conseguido, embora os capítulos que os constituem sejam igualmente importantes para a economia do livro.

O primeiro e o terceiro capítulos fazem uma anatomia do governo vice-reinal, quer à sua dimensão político-administrativa, quer às suas manifestações enquanto prática de representação, dimensões intrinsecamente complementares para a configuração do espaço político do centro. Em primeiro lugar, é reconstituída a «arquitetura do aparelho governativo central da Índia Portuguesa», sem descuidar, ao mesmo tempo, a sua cronologia, os avanços e recuos do próprio processo de decisão política,

os *usos* que cada agente e cada grupo podiam fazer em favor ou contra a vontade da coroa. Complementarmente, o capítulo «Corte e cerimonial» é fundamental para se compreender como é que se procurou sedimentar o próprio poder vice-reinal e como é que Goa se assumiu e se apresentou como «capital». Numa época em que o recurso ao visual, à imagem, ao parecer, se tornava cada vez mais importante para a eficácia da comunicação política, observar e analisar o valor político do cerimonial de corte enquanto instrumentos de construção do poder ao nível interno do Estado da Índia, mas com uma intenção e um impacto que transcendiam essas mesmas fronteiras, revelou-se uma opção muito pertinente.

O quadro aqui apresentado permite contextualizar e relativizar, desde logo, algumas das críticas que desde muito cedo passaram a ser feitas aos modos de viver dos agentes políticos portugueses que se tinham estabelecido, ou estavam transitóriamente, em Goa. Tais críticas — cristalizadas como tópicos nos textos de viajantes estrangeiros, mas emergentes, igualmente, em muitos escritos coetâneos de portugueses contrários ao modelo cortesão e às suas implicâncias — não só devem ser interpretadas atendendo à posição de quem as enunciou, como os seus conteúdos constituem uma chave para aceder à *recepção*, à *interpretação* e à *recriação* que determinados agentes e grupos fizeram de temas

políticos, de ideias que operavam cada vez mais nos contextos intelectuais europeus e ibéricos, nas quais muitos deles participavam. Elas sugerem, por outro lado, que não só se dê uma maior atenção à sensibilidade e mesmo ao fascínio revelados em relação a algumas formas de comunicação política locais, como ainda que se pense na possibilidade de ter existido um efeito *boomerang* dessas mesmas apropriações em relação ao modo como se pensaria e faria política no próprio reino (efeito esse que pode ter-se verificado não só ao nível da «representação», mas também, quem sabe?... , noutras dimensões mais profundas de articulação com o real).

4. Catarina Madeira Santos não pode dedicar o mesmo tempo de investigação e de reflexão ao segundo e ao quarto capítulos da parte supracitada, embora algumas das suas fragilidades não resultem apenas de uma questão de disponibilidade de tempo, mas igualmente do estado da historiografia disponível sobre a matéria. Tomemos o exemplo de «A segunda capitalização de Goa». A sua temática não só é central para compreender o devir da cidade de Goa nos séculos vindouros, bem como dos territórios que a circundavam (onde, na actualidade, residem os traços mais vivos dessa presença portuguesa secular), como é incontornável para entender a própria articulação orgânica dos poderes «portugueses» durante aquele mesmo período. To-

davia, o que se sabe sobre a igreja portuguesa dos séculos XVI e XVII, quer de um ponto de vista administrativo, quer no que respeita às suas articulações com a coroa (por um lado, de grande influência intelectual, moral e mesmo institucional, por outro, de dependência financeira e política), a ausência de estudos mais sistemáticos sobre a corte de D. João III e as suas cronologias, entre outras lacunas historiográficas (o que é que se sabe sobre as redes clientelares, as redes intelectuais que associavam agentes políticos e religiosos, as suas «viagens»?), não permite avançar muito sobre o significado e os efeitos dessa segunda capitalização, embora a sua designação como tal nos pareça muito interessante. Esperamos que, depois deste estudo, alguém se entusiasme a trilhar estes campos, que nos reservam, decerto, muitas surpresas.

As relações entre Goa e o Estado da Índia, a influência que Goa foi capaz de exercer sobre um determinado espaço, são o objecto da terceira parte deste livro. Parte incontornável para a coerência do próprio estudo, conferindo sentido ao tríptico que o estrutura — o antes, o processo de constituição e a sua anatomia, o seu raio de acção e de influência —, mereceria um tratamento mais detalhado. Na realidade, a maturidade metodológica e a lucidez teórica que a presença desta terceira parte revela são, ao mesmo tempo, as condições que potenciam a sua fragilidade, não teórica, mas em termos de quantida-

de de informação, de problematização e de tratamento de certas questões, de amadurecimento final do próprio discurso. Por exemplo, a própria questão da segunda capitalização de Goa merecia ser recuperada de forma mais consistente neste lugar (são-lhe dedicadas umas poucas páginas), já que a expansão e as rotações que aí se verificam são, também elas, signo de percepções bastante diferentes do espaço político do próprio Estado da Índia e da busca de outro tipo de soluções político-administrativas. Por outro lado, as comunicações com os territórios que circundam a cidade — frequentemente esquecidos ou concebidos como uma sua mera extensão — mereciam um pouco mais de atenção, até porque, e num certo sentido, são essenciais para a sobrevivência da própria capital enquanto tal. Por fim, as alterações geopolíticas — e a entrada sistemática de outros actores na cena internacional —, bem como os reflexos que elas tiveram em todo o xadrez do Estado da Índia, e por isso mesmo na natureza da comunicação desenvolvida com a sua capital política, obrigam a um estudo mais aprofundado.

5. Tudo isto não constitui, porém, um verdadeiro calcanhar de Aquiles deste excelente trabalho. Tal como os capítulos acima referidos, também esta parte institui novos espaços de investigação e estimula a reflexão sobre as referidas questões, quer no que respeita às experiências asiáticas

dos portugueses, quer no que respeita a outras experiências no âmbito da vasta e longa história do império português, e ainda, embora estas questões tenham ficado um pouco à margem do livro (se bem que frequentemente implícitas), favorece a comparação com as experiências britânica e espanhola.

Em resumo, e em poucas palavras, um livro essencial para quem deseja compreender melhor a história política, institucional e cultural do reino de Portugal na época moderna e da maior relevância para todos os interessados em questões coloniais.

ÂNGELA BARRETO XAVIER

*Christopher A. Bayly*, **Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870**, Cambridge, Cambridge University Press, «Cambridge Studies in Indian History and Society», n.º 1, 1999 (1.ª edição *hard-back*, 1996), 412 páginas.

Se uma expressão pudesse ser isolada como central ao actual consenso no campo dos estudos «pós-coloniais» sobre a expansão imperial europeia, essa seria talvez a velha

frase de Francis Bacon relançada na teoria social por Michel Foucault nos idos anos 70: *conhecimento é poder*. A esta afirmação se agarrou, entre outros, Edward Said para marcar o campo com o seu estudo seminal sobre as representações ocidentais sobre o Oriente. O título da obra de Said, *Orientalismo*, vem desde então servindo, não sem algum simplismo, como lugar-comum para significar o modo como um suposto controle hegemónico das populações indígenas pelo colonialismo ocidental se firmou através de formas de dominação cultural, ou «discursiva». Sinal de uma «vontade de poder», os europeus terão associado à sua dominação política e económica a prolífica produção de um sistema coerente de conhecimento essencialista do outro, patente em múltiplas esferas de actividade, das práticas de governo à literatura ou à antropologia. E é a essa mesma frase, numa crítica certa às suas versões mais excessivas e redutoras, que regressa Christopher Bayly, professor de História Naval e Imperial na Universidade de Cambridge, na sua mais recente obra, *Empire and Information*, porventura uma das visões mais teoricamente consequentes e ricamente documentadas sobre o conhecimento e a política coloniais na Índia inglesa, que os interessados numa sociologia ou antropologia histórica do império português terão decerto de tomar como referência.

Bayly dedica-se a demonstrar que o império inglês foi, antes de mais, um «império da informação». Eis a razão por que apresenta o trabalho